



# Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adellino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz-zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-ko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DATA: 30 de setembro de 1993.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Reserva do Iguaçu, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o artigo 123, do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área territorial abaixo descrita, para que a população manifeste-se sobre a criação do município de Reserva do Iguaçu.

"Limitando-se com município de Guarapuava Começa no rio Iguaçu, na foz do Rio Jordão, seguindo por este até a foz do rio Capão Grande.

Limitando-se com o município de Pinhão

Começa no rio Jordão, na foz do rio Capão Grande, subindo por este até a foz do rio Pontão e por este acima até sua nascente, deste ponto em linha seca e reta, no sentido geral leste, até alcançar a nascente do rio São Pedro, descendo pelo rio São Pedro até sua foz no rio Iguaçu.

Limitando-se com o município de Palmas Começa na foz do rio São Pedro na confluência com o rio Iguaçu, descendo por este até a foz do rio Butiá, divisa entre os municípios de Palmas e Mangueirinha.

Limitando-se com o Município de Mangueirinha Começa no ponto acima, na foz do rio Butiá, no rio Iguaçu, seguindo pelo rio Iguaçu até a foz do rio Jordão, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA -  
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci

Curitiba, quarta, em 20.10.93

Túlio, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Arlindo Troian, Carlos Simões, Djalma de Almeida César, Edson da Silva Lino, João Preis, Luiz Carlos Setti, Neivo Beraldin e Oswaldo Trevisan (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, declino da chamada nominal, uma vez que já tem número suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Dezoito Senhores Deputados responderam presença. Há quórum para continuarmos com a sessão.

O SR. DR. ROSINHA - Retiro chamada nominal de verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO 683/93-G.P.

Curitiba, 20 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à sua douta apreciação o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de outubro de 1993, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em setembro de 1993, ficam reajustados no percentual de 30% (trinta) por cento a partir de 1º de outubro de 1993, conforme Tabela anexa à presente lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados a partir de 1º de outubro, e no percentual de 30% (trinta por cento):

- I - os valores das Gratificações de Produtividade;
- II - os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, e
- III - os valores das Gratificações previstas no Decreto Judiciário nº 4.905, de 12 de março de 1982.

Art. 3º - O valor do abono instituído pelo artigo 3º da Lei nº 10.645/93 de 08 de outubro de 1993, passa a ser de CR\$ 7.906,29 (sete mil, novecentos e seis cruzeiros reais e vinte e nove centavos), a partir de 1º de outubro de 1993.

Art. 4º - O valor do salário família

por dependente legal, fica fixado em CR\$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros reais) a partir de 1º de outubro de 1993.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

T A B E L A I  
CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
01	33.202,92
02	30.184,48
03	27.440,44
04	26.385,03
05	23.986,39
06	22.417,19
07	21.730,64
08	13.655,85
09	12.375,42
10	11.095,53
11	9.814,69
12	8.534,66

T A B E L A II  
ASSESSORES JURÍDICOS  
CARGOS EFETIVOS

CLASSE	VALOR
I	43.789,80
II	41.194,54
III	38.531,99

T A B E L A III  
SERVENTIA DA JUSTIÇA  
(Lei nº 10.237/92)

NÍVEL	VALOR
01	45.578,73
02	42.843,84
03	40.109,39
04	37.374,48
05	34.640,16
06	33.480,03
07	31.155,45
08	22.658,29
09	20.533,70
10	18.410,07
11	14.024,23
12	13.182,00
13	12.341,32

TABELA IV  
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO  
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	VALOR
01	45.024,49
02	40.928,30
03	37.205,84
04	33.822,39
05	30.748,43
06	25.624,83
07	21.353,96
08	18.207,92
09	15.832,97
10	13.767,80
11	13.112,19
12	12.407,80

TABELA V  
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO  
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO  
TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01	33.791,65
02	32.181,89
03	30.650,24
04	29.190,43
05	27.800,31
06	26.724,39
07	25.074,34
08	23.369,26
09	22.790,09
10	20.718,17
11	18.834,60

## ANEXO II

TABELA I  
CARGOS DE DIREÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	57.231,28
DAS-2	50.511,21
DAS-3	47.075,80
DAS-4	40.254,19
DAS-5	36.815,77

TABELA II  
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	23.758,75

Curitiba, quarta, em 20.10.93

2-C	21.942,39
3-C	20.255,17
4-C	18.709,26
5-C	17.586,71
6-C	16.531,50

TABELA III  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	1.389,43
2-F	1.179,48
3-F	1.040,08
4-F	834,87
5-F	762,99

OFÍCIO N° 1789/93

Curitiba, 20 de outubro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei que reajusta os níveis do vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral e Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em outubro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - os níveis de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores ativos e inativos, ficam reajustados a partir de 1° de outubro de 1993, em 30% (trinta por cento).

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

OFÍCIO N° 1790/93

Curitiba, 20 de outubro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em outubro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1993, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados em 30% (trinta por cento), os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados o

valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para CR\$ 3.183,83 (três mil, cento e oitenta e três cruzeiros reais e oitenta e três centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para CR\$ 1.026,65 (um mil, vinte e seis cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para CR\$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros reais).

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º.

## ANEXO UNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1º de outubro de 1993.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: OUTUBRO/1993

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	66.058,94	66.739,96	67.420,98	68.102,00
2	47.785,73	48.278,37	48.771,00	49.263,64
3	45.815,19	46.307,82	46.800,46	47.293,09
4	43.844,64	44.337,28	44.829,91	45.322,55
5	41.874,09	42.366,73	42.859,37	43.352,00
6	39.903,55	40.396,18	40.888,82	41.381,46
7	37.933,00	38.425,64	38.918,28	39.410,91
8	35.962,46	36.455,09	36.947,73	37.440,37
9	33.991,91	34.484,55	34.977,18	35.469,82
10	32.021,37	32.514,00	33.006,64	33.499,28
11	30.050,82	30.543,46	31.036,09	31.528,73

TABELA II  
CARGOS EM COMISSÃO  
SIMBOLOGIA "DAS"

1-C	23.758,75
2-C	21.942,39
3-C	20.255,17

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	57.231,28
DAS-2	50.511,21
DAS-3	47.075,80
DAS-4	40.254,19
DAS-5	36.815,77

TABELA III  
CARGOS EM COMISSÃO  
SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO	VALOR
---------	-------

TABELA IV  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	1.389,43
2-F	1.179,48
3-F	1.040,08
4-F	834,87
5-F	762,99
6-F	622,83
7-F	483,63

REQUERIMENTO N° 4020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 587/93, Mens. 066/93, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 588/93, Mens. 067/93, que altera os critérios de concessão de gratificação de incentivo aos docentes do ensino superior, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 589/93, Mens. 068/93, Crédito Suplementar ao DECOM, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 111/93, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 4040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Preferência de Votação, os Projetos 510 e 511/93, constantes dos itens 06 e 07 da Ordem do Dia de 20 de outubro de 1993.

REQUERIMENTO N° 4043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4019-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 371/93 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4032

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Lei n° 386/93, relativo a alterações e acréscimos à Lei Estadual n° 8.933, de 26.01.1989.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 4067

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação de 30 dias dos trabalhos da referida comissão.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 4053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER da Chefia da Casa Civil: cópia de inteiro teor do Relatório e peças correspondentes, elaborado pela Comissão de Sindicância, determinada através da Resolução Conjunta n° 04/92-PGE-SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado sob n° 3911, de 16.12.92, para apurar ilícitos administrativos, bem como a presunção de autoria dos mesmos na compra superfaturada de 02 (dois) helicópteros; cópia de inteiro teor e peças correspondentes do segundo relatório, tratando do mesmo assunto, divulgado

por órgãos do governo, instruído e concluído pelo Procurador Geral do Estado - Carlos Marés, Secretário de Estado da Administração - Luiz Gastão de Carvalho e Olivir Gabardo - Ouvidor Geral - ambos os Relatórios estão registrados no sistema de Protocolo Integrado sob nº 1357373 - assunto: Irregularidade Administrativa, datado de 04.01.93.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Por não conseguir lograr êxito na Comissão de Fiscalização. Por 05 (cinco) vezes consecutivas faltou quórum para deliberar pelas requisições.

REQUERIMENTO Nº 4054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER da Secretaria de Estado da Administração: cópia de inteiro teor do Relatório e peças correspondentes, elaborado pela Comissão de Sindicância, determinada através da Resolução Conjunta nº 04/92-PGE-SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado sob nº 3911, de 16.12.92, para apurar ilícitos administrativos, bem como a presunção de autoria dos mesmos na compra superfaturada de 02 (dois) helicópteros; cópia de inteiro teor e peças correspondentes do segundo relatório, tratando do mesmo assunto, divulgado por órgãos do governo, instruído e concluído pelo Procurador Geral do Estado - Carlos Marés, Secretário de Estado da Administração - Luiz Gastão de Carvalho e Olivir Gabardo - Ouvidor Geral - ambos os Relatórios estão registrados no sistema de Protocolo Integrado sob nº 1357373 - assunto: Irregularidade Administrativa, datado de 04.01.93.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Por não conseguir lograr êxito na Comissão de Fiscalização. Por 05 (cinco) vezes consecutivas faltou quórum para deliberar pelas requisições.

REQUERIMENTO Nº 4065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, cópias autenticadas de inteiro teor dos processos licitatórios relativos a compra dos helicópteros, adquiridos no ano de 1992 com recursos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL; cópias autenticadas de toda e qualquer documentação relativa a aquisição dos aparelhos.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Por não conseguir lograr êxito na Comissão de Fiscalização. Por 05 (cinco) vezes consecutivas faltou quórum para deliberar pelas requisições.

REQUERIMENTO Nº 4041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das proposições, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adélia Feroldi, vítima de morte natural, no dia 20.10.93. Requer também o envio de Expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Adélia Feroldi foi uma dedicada mãe, que sempre lutou para criar seus 11 (onze) filhos dentro dos padrões morais e religiosos que norteiam a família brasileira do Sudoeste do Paraná. Exemplo de dignidade, a Sra. Adélia Feroldi deixa inúmeros amigos, que sempre levarão em sua memória a imagem de uma pessoa integrada a sua comunidade, sempre pronta para ajudar nos momentos mais difíceis. Destacamos também que a Sra. Adélia Feroldi era mãe do atual Prefeito de Pranchita/Pr, nosso amigo há muitos anos.

REQUERIMENTO Nº 4053

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Helena Agiender Marques, ocorrido dia 06 próximo passado, em Ponta Grossa.

Era casada com o Sr. Adelio Marques, e deixa os filhos José, Lauderino, Maria, Sueli, Lucélia e Marilene. Deixa ainda 22 netos e 4 bisnetos.

Pessoa de grande estima e amizade, que com seu passamento causará saudades aos amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família, em nome de seu esposo, filhos, netos e bisnetos à Rua Antonina - 304, Vila Cipa, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4060

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Sérgio Ribas Dropa, ocorrido dia 18 próximo passado, em Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima e consideração, que com seu passamento causará saudades aos amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Família Enlutada, à rua Júlio de Castilho - 805 em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Munhoz de Mello pela passagem do seu 37° aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Sr. João Matias de Oliveira, ao vice-Prefeito Sr. Luis Gonzaga de Oliveira, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Munhoz de Mello comemorará o transcurso da data magna do Município "03 de Novembro" - (37° aniversário de emancipação política).

A primeira denominação dada à localidade foi Interventor Manoel Ribas. Ao ser elevado à categoria de Município, o patrimônio de Manoel Ribas passou a denominar-se Munhoz de Mello, em homenagem ao então Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Desembargador José Munhoz de Melo.

O Município foi criado pela Lei n° 553, de 07 de janeiro de 1956.

Munhoz de Mello, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador e honesto que continua dando o melhor de seus esforços em prol do progresso sempre crescente do seu município.

Na data tão significativa de seus 37 anos, toda a população de Munhoz de Mello é credora de nossa homenagem e reconhecimento. A certeza de dias melhores aliada a tudo o que já foi conquistado com o trabalho desenvolvido pelos seus administrado-

Curitiba, quarta, em 20.10.93

res de todos os tempos, com respaldo de seus representantes e a colaboração de toda a sua comunidade satisfatoriamente se transformará em realidade.

Com todo o respeito que o povo de Munhoz de Mello é merecedor a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO N° 4007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de congratulações para o Município de Ivaiporã, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Dr. Melvis Muchiuti, pela conquista do Título de Campeão Geral dos XVI JAVIS - Jogos Abertos do Vale do Ivaí. Dentre os 25 municípios participantes, Ivaiporã conseguiu a maior soma de pontos, na competição realizada no período de 08 a 17 de outubro próximo passado.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 4014

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Silvio Felice e Ignês Hilda Bertoldi, que no dia 02 de outubro de 1993 renovaram seu propósito de Amor e Fidelidade a Cristo, após 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma "Bodas de Ouro". É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 50 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo união e alegria ao seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar e manifestar muito Amor no casamento, e conseqüentemente, educar com carinho e honradez seus filhos. A ligação com Deus é vital no matrimônio, e a Fé esteve sempre presente no dia-a-dia do casal. A presença de Cristo permeou seus pensamentos, ações, valores e decisões, e devido a grande fé presente em suas vidas, só lhes trouxe união e alegria ao seu lar. Sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor e que vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Anexamos ao presente requerimento "UMA HISTÓRIA DE AMOR", onde está relatada a história do casal, desde que se conheceram, no ano de 1942, até os dias de hoje.

Realmente, é uma bela história, uma



união bem estruturada e que deve servir de exemplo para todos nós.

Por tudo o que representam, o casal Silvio Felice e Ignês Hilda devem ser agraciados, motivo este, que nos levou a propor o reconhecimento público a eles, desejando que sejam felizes por muito tempo ainda.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4016

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Centro de Publicações da UEPG, pelo lançamento do livro "PERFIS DA CIDADE - CRÔNICAS DE VIEIRA FILHO", do jornalista Guaracy Paraná Vieira.

O trabalho, é uma coletânea de 150 crônicas escolhidas entre 15 mil textos.

Para chegar a esse compêndio, que levou alguns meses de estudo e avaliação, a professora Márcia Zan Madalosso Vieira do Departamento de Letras Vernâculas da UEPG e responsável pela elaboração da obra, assinala que a postura assumida na seleção dos textos foi de visão mais ou menos crítica.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, a UEPG, em nome de seu Reitor, o Sr. João Carlos Gomes, e a Família de Guaracy Paraná Vieira, em nome de Flávio e Márcia Madalosso Vieira.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações, ao Secretário Especial de Política Habitacional, Sr. Luiz Cláudio Romanelli, pelo desenvolvimento do Programa "Casa da Família", no Estado do Paraná.

O projeto já foi implantado em 261 municípios. São aproximadamente 40 mil casas, beneficiando consequentemente as milhares de famílias, com modelos de 48 e 52 m<sup>2</sup>, de alvenaria, que constam de três quartos, divisórias internas, forro e telha de barro, além de varanda.

Ressalta-se a parceria necessária entre as Prefeituras e o Governo do Estado, que vem garantindo o êxito do Programa Casa da Família, haja vista o profundo alcance social que representa na atualidade.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4035

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações às jovens curitibanas Luciana Carvalho e Daniele Pries, vencedoras do Campeonato Paranaense de Judô, realizado no último final de semana no Município de Toledo.

Que do teor do presente dê-se ciência às homenageadas e à Federação Paranaense de Judô.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez atletas da capital do Estado obtêm destaque em certames realizados no Paraná. Luciana Carvalho e Daniele Pries, jovens curitibanas, participaram com brilhantismo do Campeonato Paranaense de Judô, conquistando, graças à dedicação e preparo técnico as medalhas de ouro e prata, respectivamente.

Essa premiação credencia as duas atletas a representarem nosso Estado no Campeonato Brasileiro de Judô a ser realizado, ainda neste ano, no Rio Grande do Sul.

Tendo em vista a espetacular performance das duas atletas no campeonato paranaense, como resultado de um trabalho contínuo e sério, temos certeza de que o Paraná será, ainda uma vez mais, notícia no meio esportivo nacional, através de uma excelente representação de Luciana e Daniele no Campeonato Nacional.

#### REQUERIMENTO N° 4036

O Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela passagem do Dia do Professor.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Professores do Paraná e à Confederação dos Professores do Brasil.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"Professor não é profissão. É missão". Essa afirmativa, que já se tornou lugar-comum nos pronunciamentos destinados a destacar a importância do papel do professor para a humanidade, mais uma vez nos vem à tona para lamentar que no Brasil, um País onde somente através da educação será viabilizado um modelo de desenvolvimento econômico e social mais justo, ainda não se reconheça de verdade a figura do professor.

A realidade nos mostra que os professores são maltratados, humilhados e ultrajados em sua honra por seguidos e diversos

governantes. São salários incompatíveis com a dignidade profissional, é a retaliação de vantagens e conquistas inerentes ao exercício da profissão, é o constante corte ou desvio de verbas que deveriam ser destinadas à manutenção e desenvolvimento da educação, é a repressão violenta a movimentos grevistas reivindicatórios da categoria.

Isto forma o retrato de um país que não encara com seriedade os seus problemas e compromete, irreversivelmente, o seu futuro com a escolha de governantes despreparados e descomprometidos com a educação nacional.

Prolifera o comércio da educação impulsionado pelo completo sucateamento da educação pública. Os professores, no entanto, apenas trocam de patrão, conservando relações quase idênticas de exploração.

O Dia do Professor é uma data oportuna para se avaliar os caminhos da educação brasileira e da importância do papel do educador nesse contexto, chamando à atenção a classe política tão desatenta a essa matéria.

É em reconhecimento a essa importância que, nesta data, requeremos ao Poder Legislativo do Paraná a presente menção por ocasião do Dia do Professor.

#### REQUERIMENTO N° 4044

Senhor Presidente.

O Deputado Orlando Pessuti, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, o voto de congratulações da Assembleia Legislativa pelo transcurso do 32° aniversário de Emancipação Política do Município de Cambira.

Solicito ainda, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e demais autoridades daquele Município.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 4047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Portuário Joel de Oliveira, que após quase 30 anos de serviços prestados, deixou a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O Porto de Paranaguá, para milhares de pessoas, nestes mais de 60 anos de vida, funciona como uma "Universidade da Vida", diante da complexidade de cada setor.

O labutar do dia a dia, de cada portuário, é diferenciado nas demais categorias profissionais, porque com o decorrer

dos dias, quem nele está, começa a viver Porto, comer Porto, dormir Porto, acordar Porto, trabalhar Porto, e com isso torna-se ainda um militante convicto, na defesa dos grandes interesses do próprio terminal, em todas as oportunidades que se apresenta.

Quem está na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, sente-se orgulhoso, destemido, voluntarioso, enfim conquista qualidades profundas como ser humano.

A imensidão de atividades é extensão, onde em cada secção, divisão, coordenadoria as experiências se renovam entre os portuários, num trabalho contínuo e permanente.

As chamadas missões impossíveis, sempre fizeram parte do dogma técnico de cada portuário, onde nesses anos todos, sempre existiram soluções, criatividade, projetos, cujos resultados foram transferidos para o potencial do próprio funcionamento, e em alguns casos como exemplos de natureza internacional.

Assim é o Porto, funcionando com a capacidade de seus funcionários. Estar ali 29 anos ininterruptos, é fato digno de registro. É meritório. Mas grandioso quando o detentor começou faturista com 15 anos de idade e galgou no transcorrer de sua carreira as diferentes funções e categorias. São 29 anos de atividades, um espaço, uma ação, uma vida dedicada. Seu nome: Joel de Oliveira, portuário, filho de portuário, que voluntariamente desde do último dia 01 de outubro, deixou por vontade própria o Porto, encerrando sua carreira.

Por essa razão, pelo exemplo e dedicação que sempre deu a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, apresentamos esse voto de congratulações, que pedimos seja comunicado ao mesmo à Rua Marechal Deodoro, 185; (Jornal Diário do Litoral). Que cópias desse requerimento sejam endereçados a: Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mario Pereira; Wilson Moraes da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados Portuários no Estado do Paraná, a Av. Bento Rocha, s/n; Marcos Antonio Augusto da Silva, Presidente do Clube Atlético Portuário, a Av. Cel. José Lobo, s/n - Bairro Porto.

#### REQUERIMENTO N° 4048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Médico Iseu de Santo Elias Affonso da Costa, agraciado com o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, no último dia 08 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A medicina em toda a sua plenitude é um sacerdócio, e para exercê-la na condição de Professor, os médicos são maiores, condicionando-se que, os sacrifícios se redobram para que os educandos recebam com precisão os ensinamentos e possam depois aplicá-los em toda a sua plenitude.

Há muitos anos a Capital do Estado do Paraná tem tido um potencial fabuloso e destacado de pessoas dedicadas a esse setor da saúde, e entre esses homens está o médico Iseu de Santo Elias Affonso da Costa, que conseguiu reunir em torno de si, a ciência e o humanismo, comentado por alunos, professores e pacientes das mais variadas classes sociais.

Na Universidade Federal do Paraná, tem a consideração de todos que o conhecem como mestre, e como médico dedicado, continuando assim na Santa Casa de Misericórdia e ainda no Hospital Pequeno Príncipe, e em outros estabelecimentos hospitalares onde é chamado profissionalmente.

Essa dedicação exemplar, reconhecida pela coletividade curitibana, valeu-lhe o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, recebido em Sessão Solene da Câmara Municipal, realizado no último dia 08 de outubro do ano em curso.

Por essa razão, apresentamos votos de congratulações, ao Doutor Iseu de Santo Elias Affonso da Costa, solicitando que o mesmo seja comunicado no seguinte endereço à Rua Carmelo Rangel, 816 - CEP: 80440-050 - Nesta Capital. Pedimos ainda que cópias desse requerimento seja endereçado ao Centro Paranaense de Curitiba, através de seu Presidente Luiz Armando Silva Corrêa, à Rua Nilo Peçanha, 521 (fundos) - CEP: 80520-000 - Nesta Capital.

## REQUERIMENTO N° 4064

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Televisão Paranaense Canal-12 pela passagem de seu 33° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Canal-12.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A importância da televisão na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação da Te-

levisão para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Reconhecemos que o ideal é que os meios de comunicação estejam a serviço do homem e contribuam para a formação integral, aproximando e unindo pessoas, incentivando os verdadeiros valores sociais e morais, promovendo a solidariedade, a fraternidade, verdade e a paz, é o caso da Televisão Paranaense Canal-12.

Um exemplo desse ideal, é a mobilização da opinião pública para um gesto de solidariedade, quando a Rede Paranaense Canal-12, solicita ajuda, em momentos de catástrofes e de calamidade pública. Isto é positivo e esta é a constante preocupação do Canal-12 na pessoa de seu Diretor Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que com o coração convertido, poderemos chegar a um denominador comum para que nossas famílias, nossos filhos e netos, vivam num ambiente de fraternidade com bons programas como condição para a verdade e a tranquilidade.

Na passagem do aniversário da Televisão Paranaense, Canal 12, merece os mais elevados cumprimentos o empresário e líder paranaense, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho. É um homem sobejamente conhecido e respeitado pela sua visão e pelo seu arrojo como empresário. Além disso, tem sido um paranaense e paranista exemplar, que não somente tem participado de todos os movimentos em favor do nosso Estado e de nossa gente, como também tem sido o mentor e líder de inúmeras iniciativas e programas em prol do nosso desenvolvimento social, político, econômico e cultural.

Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os colaboradores do Canal-12 que deram e dão parte de suas vidas em favor desta terra e sua gente e por uma vida melhor para todos.

Idade de Cristo - trinta e três anos para o Arquiteto do Universo - que tudo fez e fará - é um tempo ínfimo. Para nós que aqui estamos para cumprir a missão, pode ser um tempo longo. Depende, de nós, depende de nossa vontade de trabalhar e realizar. É bom lembrar o poeta que disse um dia:

"Trabalhai porque a vida é pequena e não há para o tempo demora; não gasteis os minutos sem pena, não façais pouco caso das horas".

A este júbilo o Poder Legislativo do Estado do Paraná se associa como representante do povo, com a direção da TV-Paranaense Canal-12 e seu corpo de profissionais, como atestado de que o sucesso é

fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 4027

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois de ouvir o soberano Plenário, a consignação nos Anais deste Poder, de voto de louvor à TV-Paranaense-Canal 12 na pessoa de seu Diretor Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Requer ainda seja dado ciência ao Homenageado.

Palácio XIX de Dezembro, em 20.10.93

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A TV Paranaense - Canal 12, comemora nesta oportunidade, 33 anos de relevantes serviços prestados à comunidade paranaense. Dirigida com habilidade, desassombro e alto espírito paranista, pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, o Canal 12 faz parte integrante da vida paranaense, e vem sendo o mais importante veículo de comunicação em prol da cultura, da informação e do lazer. Dotada de uma equipe técnica altamente especializada, a TV-Paranaense-Canal 12 é hoje um orgulho de todos aqueles que convivem em nosso Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 4058

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de aplausos à Prefeitura de Castro pela reinauguração do aeroporto, bem como pelo lançamento da Pedra fundamental do Centro Castrense de Seção Aérea.

A festa de reinauguração foi abrilhantada pela Esquadrilha da Fumaça, além de outros eventos como palestras sobre aviação brasileira, shows folclóricos, paraquedismo, acrobacias e muito mais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, à Prefeitura de Castro, em nome do seu Prefeito Municipal, o Sr. Rivadavia Menarim.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4057

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de cumprimento a Banda Escola Lyra dos Campos, por ter conquistado o 2° Campeonato Paranaense de Bandas e Fanfarras, além de garantir mais dois troféus, de melhor baliza e de melhor de frente.

Criada em 1952, a "Bandinha", como é carinhosamente chamada pela comunidade

Curitiba, quarta, em 20.10.93

princesina, hoje ostenta uma posição de destaque no Paraná, com grandes conquistas nos diversos concursos realizados no âmbito estadual, contando com 46 músicos executantes e 15 alunos aprendizes, além do contra-mestre e o responsável pelo arquivo e material. Mantida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Banda Lyra dos Campos é um patrimônio artístico e cultural de Ponta Grossa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Banda, em nome do maestro Domingos Alceu Ribeiro de Quadros, e a todos os integrantes da Banda, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER moção de apoio aos jornalistas da Empresa Correio de Notícias que estão em greve há 13 (treze) dias reivindicando o cumprimento de seus direitos trabalhistas.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Correio de Notícias não paga há 3 (três) meses os salários e as férias dos jornalistas dentro do prazo estabelecido em lei, não deposita o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e está usando estudantes para o trabalho de reportagens e redação de textos jornalísticos, o que contraria a Legislação Profissional da Categoria.

Apoiamos a greve por entender que uma democracia é imprescindível a garantia dos direitos dos trabalhadores.

REQUERIMENTO N° 4029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER seja oficiada encaminhamento à Comissão de Investigação da Câmara para apurar as irregularidades do esquema de manipulação das verbas do orçamento.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Doutor Rosinha, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Rossoni e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira está, hoje, exausta, cansada sofre de uma depressão crônica de tanta traição, de tanto ouvir falar em corrupção, cujos protagonistas destes lamentáveis espetáculos são alguns seus representantes no parlamento. O cenário político nacional se destaca não por

apresentar soluções viáveis e concretas para os problemas nacionais, mas, ao contrário, pelo surgimento de denúncias graves de corrupção, compra e venda de parlamentares pelas agremiações políticas e na mesma esteira as novas denúncias do esquema de corrupção na liberação das chamadas "verbas carimbadas" do orçamento da União.

Dentro deste quadro negro que se nos apresenta, pedimos veementemente a esta comissão que atue com a máxima rigorosidade, com o firme propósito de punir exemplarmente os parlamentares sem decoro, os políticos envolvidos nestes escândalos que mancham, enlameiam e destroem as instituições políticas, que são a base para o processo democrático e a construção do estado de direito. É preciso, de uma vez por todas, depurar o Congresso Nacional, eliminando-o de políticos venais, corruptos, fisiológicos, que nada contribuem para a construção de um país livre e democrático, ao contrário, são verdadeiras chagas que destroem a esperança, a crença a confiança de boa-fé de milhões de contribuintes, de trabalhadores que lhes outorgam seus votos para serem representados no Congresso Nacional.

Sendo assim, entendemos que esta é a grande oportunidade de colocar às claras, e o momento de mostrar à sociedade que as instituições políticas, às vésperas de uma revisão constitucional, podem corresponder ao anseio da população, bastando para isso, optar pela moralidade, e se comprovada as irregularidades, a cassação sumária destes parlamentares, bem como a exoneração de ministros e demais envolvidos, imorais e traidores do povo brasileiro.

Mais do que nunca a sociedade brasileira necessita de um referencial vinculado à moralidade à seriedade para que brote novamente na sociedade a esperança, a crença no desenvolvimento de uma consciência coletiva, engajada e comprometida com a construção de um novo País.

#### REQUERIMENTO N° 4008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, reiterando o pedido da Alocação de Recursos para o Carnaval das Cidades do Litoral.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Durante os dias do Carnaval, o Litoral Paranaense recebe todos os anos milhares de turistas, dos mais diferentes pontos brasileiros, que atraídos pelos comentários de que realiza o melhor Carnaval do

Estado, vem conferir essa idealização.

O Governo Estadual é beneficiado com esse sistema divulgado pelas Prefeituras Municipais, através do aumento da arrecadação de ICMS, no entanto quem faz os desfiles, as agremiações carnavalescas que, são realmente os alicerces dessa iniciativa, passam dificuldades financeiras, na confecção de fantasias, arrumação de instrumentos, enfim na montagem coreográfica, para com galhardia desfilar nas ruas das cidades do Litoral.

É um investimento turístico, com retorno garantido, por essa razão reiteramos a solicitação, e pedimos que seja enviado um expediente ao Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, reiterando os pedidos anteriores, para que sejam alocados Recursos Financeiros para o Carnaval das Cidades do Litoral de 1994.

#### REQUERIMENTO N° 4010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Itamar Franco, Digno Presidente da República, ao Senhor Dinarte N. Madeiro, Presidente da Fundação Nacional do Índio, ao Senhor Mauricio Correa, Ministro da Justiça, e ao Senhor Aristides Junqueira, Procurador Geral da República, solicitando a ampliação das terras dos índios Tupinikim e Guarani, localizados am Aracruz, Espírito Santo, anexando 13.274 hectares nos 4.491 hectares atuais.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Os 1770 índios Tupinikim e Guarani estão reivindicando a ampliação da área pelo fato de terem legalmente direito a uma sesmaria (126.600 hectares), doada em 1610 por Francisco Aguiar Coutinho, então Governador da Capitania do Espírito Santo, que foi demarcada em 1760 e confirmada em 1860 por D. Pedro II.

Além do aspecto jurídico, outro aspecto é a questão de sobrevivência dos índios, pois vivem confinados em três áreas descontínuas, ilhados por eucaliptos, em condições subumanas, lutando pela preservação de suas culturas e do meio ambiente, embora a fauna e a flora, os rios e córregos, estejam em processo de extinção devido à implantação da multinacional Aracruz Celulose S/A, invasora das terras indígenas.

Neste sentido, solicitamos a imediata regulamentação conforme proposta de ampliação, que apesar de não corresponder ao direito tradicional, possibilitará a reunificação das aldeias, e consequentemente a preservação e desenvolvimento de suas

REQUERIMENTO N° 4012

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias e, após ouvido o Plenário, REQUEREM o envio de expedientes a todos os representantes do Congresso Nacional, solicitando a imediata instalação de uma CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguação das irregularidades apontadas através das denúncias formuladas pelo economista José Carlos Alves dos Santos, ex-Diretor de orçamento da União e Sub-Secretário de Orçamento do Congresso, bem como a agilização nas investigações das denúncias da compra de Deputados para troca de legenda partidária.

Requerem ainda, a suspensão imediata dos trabalhos relativos à Revisão Constitucional até a conclusão dos trabalhos da referida CPI.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Diante da grave crise política aberta com as denúncias de corrupção no Congresso Nacional, vem a público exigir a imediata instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, para apurar todas as denúncias envolvendo membros do Congresso Nacional, Governadores, Ministros e ex-Ministros.

Para o PT essas acusações não são novidade. Antes parlamentares do partido já haviam denunciado o tráfico de influência no Congresso e no governo por ocasião da votação do Orçamento da União, transformado num verdadeiro balcão de negócios e de interesses escusos, comprometendo ainda mais a já desgastada imagem da principal Casa Legislativa do país.

O Brasil não pode mais conviver com uma democracia de fachada. Para o Parlamento estar à altura da representação popular, é preciso fazer uma faxina ética e moral no atual Congresso, a começar por punir rigorosamente os membros envolvidos nas denúncias de corrupção.

Os últimos acontecimentos só vêm corroborar a posição do PT, contrária à Revisão Constitucional neste momento, por entender que o atual Congresso, além de não possuir poderes para proceder a Revisão, o país não pode correr o risco de entregar seu reordenamento institucional àqueles que comercializam seus mandatos e "picaretas" de toda espécie.

A nação também não pode deixar se levar pela tese reacionária de fechamento do Congresso, que em última análise querem

Curitiba, quarta, em 20.10.93

impedir que as denúncias sejam apuradas até o fim. O Parlamento é uma instituição necessária aos regimes democráticos que não pode ser confundida com a atuação de seus membros. Antes, porém, é preciso limpá-la de todos os vícios de imoralidades e corrupção.

REQUERIMENTO N° 4013

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, no sentido de executar manilhamento na Rua Aldemir Curial Goldin, proximidades do n° 87, localizada no loteamento Jardim Rafaela, no bairro do Taboão. A referida rua é nova no loteamento, o qual situa-se perto da CPT-Votoran.

O presente pedido foi feito pelos moradores, os quais alegam que inúmeros problemas estão sendo causados a todos devido a falta das manilhas nas valetas.

Pedem urgência no atendimento, uma vez que inúmeras famílias serão beneficiadas e muitos transtornos deixarão de existir.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4015

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, cumprimentando pelo fato de que as faturas vencidas não precisam mais ser trocadas nas agências da SANEPAR.

Ao mesmo tempo é solicitado que a cobrança das faturas em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais, seja efetuada entre os cinco primeiros dias de cada mês, visando assim facilitar às pessoas de baixa renda que recebem neste período, podendo assim pagarem suas faturas em dia.

Ainda é feita uma última solicitação, no sentido de que sejam verificadas as sobras de água de quem paga a taxa mínima, mas não chega consumir a quantidade mínima, acarretando assim um prejuízo principalmente para a classe baixa que tem um consumo de água relativamente baixo.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Pre-

sidente do PROVOPAR, Sra. Maristela Requião, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do PROVOPAR da municipalidade de Quinta do Sol.

Estes recursos financeiros serão destinados ao custeio e manutenção de creche e asilo do município.

Que o PROVOPAR, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Nizan Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à reforma do Posto de Saúde do Município de Quinta do Sol.

Tal solicitação visa melhor atendimento à população carente do município, na área de saúde.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Mário Pereira, Secretário dos Transportes, solicitando, através do D.E.R., o recapeamento da via de acesso a Quinta do Sol, numa extensão de 500,00 metros lineares.

Tal solicitação prende-se ao fato da precariedade daquele acesso, dificultando sobremaneira o tráfego dos veículos que ali transitam.

No aguardo de sua aquiescência, agradecemos.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Sr. Walter Barelli, Ministro do Trabalho, pedindo apuração de denúncias veiculadas pela Folha de Londrina, de trabalho escravo na DEBRASA.

Sala das Sessões em 20.10.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Há mais de um ano a Destilaria Brasi-

leira - DEBRASA, vem empregando o uso de mão-de-obra semi-escrava.

Não importa quem seja a vítima, que no caso são índios, este tipo de prática deve ser coibida.

Índios têm tido seus direitos desrespeitados e são vítimas de péssimas condições de alojamento e de trabalho. Isto já levou à morte, por acidente de trabalho, índio Getúlio Deolindo e, outro, segundo informações a confirmar, encontra-se paraplégico após sofrer atropelamento, quando da Usina voltava para o Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 4049

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pela moradora da rua Porto Alegre do Sul n° 137, localizada no bairro Jardim Curitiba, no Município de Colombo, quanto a instalação de um telefone público nesse endereço.

A instalação de um telefone público será de grande valia para todos os moradores das proximidades.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4050

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas tribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender aos pedidos feitos pela moradora da rua Porto Alegre do Sul n° 137, localizada no bairro Jardim Curitiba, no Município de Colombo, a qual solicita que o caminhão de lixo passe mais vezes durante a semana na rua em que reside, e não somente nas sextas-feiras, pois há acúmulo de lixo nas residências.

O outro pedido é o da implantação de mais um ponto do Ônibus de Colombo, entre a Praça do Expedicionário e o Campo do Coritiba.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4051

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, quanto a implantação de rede de esgotos na Conjunto Residencial Porto Seguro, localizado no bairro Santa Helena, nas



proximidades do Conjunto Residencial Itatiaia.

Ocorre que no Conjunto Porto Seguro, algumas casas foram construídas pela COHAB dentro dos padrões exigidos, mas outras, em que somente foram fornecidos os terrenos, os proprietários as construíram em condições precárias, causando muitos problemas aos moradores do local.

As privadas foram colocadas nos quintais, e com as constantes chuvas que vêm ocorrendo, as mesmas enchem e transbordam, exalando um mau cheiro insuportável, e para piorar a situação, muitos dos moradores são catadores de papel e depositam o lixo por todos os lugares. Muitos animais nocivos à saúde estão procriando no local.

Pedem que o presente pedido seja atendido, uma vez que inúmeras pessoas estão sujeitas à contração de doenças.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4052

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores, quanto a execução de reparos nas ruas do bairro Jardim Ypê, principalmente na rua Um.

Alegam os moradores do bairro que as ruas encontram-se em mau estado de conservação, e há mais ou menos um ano que a máquina da Prefeitura não passa na Rua Um, a qual necessita urgentemente de melhorias.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Urbano, Sr. Homero Oguido, solicitando que sejam verificadas as aplicações das verbas do PEDU, em Ponta Grossa.

Uma das obras críticas financiadas com a verba do PEDU, é o terminal do transporte coletivo, que vem apresentando várias irregularidades principalmente nos afundamentos.

Segundo o relatório da Comissão de Sindicância, a ausência de estudos geotécnicos deveu-se a exiguidade do prazo para a apresentação do projeto do PEDU, ressaltando que na época da elaboração dos projetos não havia previsão do volume exato de tráfego.

Ainda baseado no relatório estão outras possíveis causas do afundamento do

Curitiba, quarta, em 20.10.93

terminal como descarga de água da chuva diretamente sobre as pistas, tempo demasiado decorrido entre o término das obras e o início da operação dos terminais.

Segundo engenheiros ouvidos no Relatório, um dos principais problemas é o material usado na base das pistas, que consta como sendo argila.

Certo da atenção que o Secretário dispensará a este assunto, agradecemos em nome da comunidade, que com certeza sofre as consequências dos erros alheios, pois aceitamos que a Secretaria do Desenvolvimento Urbano nada tem a ver com os problemas, podendo assim descobrir quem são os verdadeiros culpados pelos problemas apresentados por esta obra.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cópia de correspondência do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, ao Exmo. Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, para o encaminhamento a quem de direito.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A questão do restabelecimento, do calado do Canal de acesso ao Porto de Paranaguá, tem sido uma preocupação constante da Assembléia Legislativa, e particularmente nossa, na condição de legítimo representante do Litoral nessa Casa de Leis.

Sabemos perfeitamente que, o fato em si, exige recursos imensos, e por essa razão, solicitamos a interferência direta do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, junto ao Ministro Alberto Goldman, da pasta dos Transportes.

Recebemos do Senador Luiz Alberto, fax do expediente que recebeu do Exmo. Ministro dos Transportes Alberto Goldman, que solicitamos com a maior brevidade seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, para as devidas providências.

Requeiro ainda que, cópia desse nosso requerimento seja encaminhado ao Ilustríssimo Sr. José Luiz Boabaid, mui Digno Presidente da Associação Com. Indus. e Agrícola de Paranaguá, à Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83.203-420, e aos Presidentes de Sindicatos de Paranaguá.

#### REQUERIMENTO N° 4037

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja



transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "Cuidado com a histeria", de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado pelo jornal Folha de São Paulo, nesta data.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Mais uma vez as palavras carregadas de inteligência do jornalista Gilberto Dimenstein, um dos melhores do nosso país, são emprestadas à análise lúcida e responsável da situação política nacional.

Tendo como ponto de partida as denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, o artigo "Cuidado com a histeria" é um alerta ao povo brasileiro: "ao contrário do que a imensa maioria das pessoas está dizendo (algumas delas sem a menor autoridade moral), esse escândalo ... político é mais do que um sinal de deterioração da política e dos políticos. É um sinal de vitalidade da democracia brasileira. Leitor: cuidado com a histeria, capaz de ajudar aventureiros.".

Apontando algumas das necessárias providências a serem tomadas para apurar as denúncias e punir os envolvidos, o artigo também é oportuno por mostrar os equívocos da generalização irresponsável nas avaliações sobre a corrupção nos meios políticos: "claro que há dividendos chamar todo político de ladrão. Mas é mentira. Como é falso dizer que todo médico é charlatão, todo jornalista mentiroso ou todo empresário sonegador. A diferença é que, por mais que ataquem os médicos, mesmo injustamente, nunca se acabará com a medicina. Mas a histeria contra os políticos pode acabar, como tem acabado em muitos lugares, com a democracia."

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 614-93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário de Segurança de Assis Chateaubriand", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Desde a sua fundação, 12 de abril de 1991, o Conselho Comunitário de Segurança de Assis Chateaubriand, vem desenvolvendo suas atividades, promovendo a participação da sociedade na solução dos problemas de segurança, auxiliando as autoridades com-

petentes para o melhor desempenho de suas funções em benefício de todos os integrantes da comunidade daquela cidade.

Para que tenha sempre mais condições de desempenho de suas atividades, solicitamos apoio ao reconhecimento de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 615-93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Organizada de Maripá - SOMA", com sede e foro na cidade de Maripá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.93.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A "Sociedade Organizada de Maripá - SOMA", entidade organizada pela própria comunidade que vem prestando relevantes serviços humanitários há mais de 18 (dezoito) meses.

Ampara as famílias carentes que se apresentam com dificuldades, proporcionando-lhes assistência em suas necessidades, quer seja na educação familiar, escolaridade dos filhos, saúde, higiene, e até moral e economicamente para que tenham melhores condições de vida e convivência social e comunitária.

Coordena e apóia atividades de outras entidades organizadas que se dedicam ao trabalho filantrópico e assistencial, bem como colabora em todas as iniciativas dos poderes constituídos, participando das discussões dos problemas do município e de sua gente, objetivando soluções que visam melhorar a qualidade de vida de todos.

Trata-se de uma entidade com trabalho exemplar, que merece apoio e incentivo de toda ordem, pelo que solicitamos aprovação deste projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública, por decisão da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, nem oradores para o Horário das Lideranças, o Senhor Presidente solicita do Senhor Deputado Heinz Herwig, 1º Secretário que proceda à leitura do expediente encaminhado pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Ronald Accioly.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Heinz Herwig) - Passa à leitura do expediente encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada à Hora do Expediente.

RIO.

**ORDEM DO DIA**

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 683/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei que visa sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 01 de outubro de 1993. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1789/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta os níveis do vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral e Procurador do Estado junto a este Tribunal e Auditores, em outubro de 1993. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1790/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas em outubro de 1993. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 510/93 e 511/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**VOTAÇÃO EM:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - Proposição nº 058/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 150/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16/07/1991, que estabelece o Regime Fiscal das Microempresas. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁ-

**VOTAÇÃO EM:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - Proposição nº 060/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 208/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher no Município de Campo Mourão. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Solicito ao Deputado Heinz a chamada dos Senhores Deputados para votarem os vetos ao Projeto de Lei Complementar 150/92 de autoria do Deputado Dalton Machuca e ao Projeto de Lei nº 208/93 de autoria de Namir Piacentini.

Os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário, após passarem pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação.

(**É procedida a chamada nominal**).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na Sessão de ontem firmou-se jurisprudência a respeito de preferência de votação, em matéria requerida por deputados, onde a preferência foi votada antes dos vetos que estavam na Ordem do Dia.

Então eu pediria a V.Exa. se este critério vai ser mantido hoje pela atual presidência ou se é um novo critério na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Vamos acatar a solicitação de V.Exa. Vamos continuar a votação e faremos a apuração posterior à votação dos pedidos de preferência de V.Exa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Quarenta dos Senhores Deputados votaram.

Atendendo requerimento de Preferência de Votação do Deputado Colombino Grassano, vamos colocar, antes de apurarmos os votos dos Senhores Deputados, alguns projetos em votação.

- 2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 510/93.

Em discussão. Em votação. **APROVADO.**

Também com Requerimento de Preferência de Votação:

- 2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 511/93, de autoria do Poder Executivo. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Vamos designar a Comissão para apuração dos votos dos Senhores Deputados. Deputado Lourenço Fregonese, Deputado Ernani Pudell e Elío Rusch.

Votaram quarenta (40) Deputados. Votos

pela manutenção do veto, quatorze (14). Pela derrubada do veto, vinte e quatro (24). Branco, um (01). Nulo, um (01). Estão mantidos os vetos.

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 510/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/93, que cria, na parte permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados nos hospitais universitários e das clínicas, ambos de Londrina e unidades da Universidade Estadual da mesma cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 511/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 057/93, que cria, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 146 (cento e quarenta e seis) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos a votação do restante da matéria:

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 471/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção Materno Infantil A.P.M.I.. Com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 477/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariaíva - APAE, com sede e foro no Município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 482/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Com sede e foro no Município de Guairaçá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 514/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes da Cidade de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

**Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 515/93, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. - com sede e foro na Cidade de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 516/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 526/93, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Nobre Dr. Jorge Schweizer. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 552/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/93, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 3.128.666,00 (três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade de Artes do Paraná e Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 561/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 562/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas, com

sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 563/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que modifica o Artigo 1° da Lei n° 9112, de 07 de novembro de 1989 (Utilidade Pública do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pinturas e dos Pintores de Parede, Metais, Madeiras e Letras no Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 566/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 568/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, a Rita dos Santos Neves Haider. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 011/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 571/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 063/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET - PR., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 508/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção aos Idosos, API, Ana Rosa, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A n° 127, de 21.09.93).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 508/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 508/93, tem por finali-

Curitiba, quarta, em 20.10.93

dade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção aos Idosos, API, Ana Rosa, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente. É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 527/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 128, de 22.09.93).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 527/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei n° 527/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 567/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Rebouças - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 567/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 567/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Rebouças.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao disposto na Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 588/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 067/93, que visa a alteração dos critérios de concessões de gratificação de in-

centivo aos docentes do ensino superior, com base na titulação acadêmica que possuírem e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS da C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 06.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 588/93

P A R E C E R:

Trata-se de mensagem do Poder Executivo que visa alterar critérios de concessões de gratificação de incentivo aos docentes do ensino superior.

Para tanto o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior, compreendido pelo Artigo 70, da Lei n° 10.219/92 (Fundo de Previdência do Estado) que são aqueles que, anteriormente regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, tiveram seus empregos transformados em cargos públicos e passaram a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná (Lei n° 6.174/70); passam a ser subordinados a Lei n° 9887/91 que criou a "carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado"

Desta forma a presente proposição modifica na Lei n° 9887/91, seu art. 11 e lhe dá nova redação criando outros critérios de gratificação de incentivo.

Para que nenhuma dúvida restasse ainda sobre essa matéria, embora desnecessário porque a Lei n° 10.219/92 já a revogara em seu art. 70, caput; o chefe do Poder Executivo revoga na presente lei o art. 3° da Lei n° 9.788/91, que dispunha "sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela C.L.T."

Ainda e finalmente, no parágrafo único, do artigo 1°, para adequação da aplicabilidade da lei é fixado o prazo de 180 dias para as comunicações devidas ao Governador.

Inexiste óbice de natureza legal ou constitucional na presente proposição e nosso parecer é pelo seu encaminhamento a Plenário.

Sala das Sessões, em 19.10.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 588/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar critérios de concessões de gratificação de incentivo aos docentes do ensino superior, com base na titulação acadêmica que possuírem.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou óbices para a sua normal tramitação, no âmbito desta Comissão de Finanças, louva-se a iniciativa do Poder

Executivo e dá no seu parecer favorável, conforme Emenda Modificativa Corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 588/93  
COMISSÃO DE FINANÇAS

O Art. 3° do Projeto de Lei n° 588/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1° de outubro de 1993, revogando-se o artigo 3°, da Lei n° 9.788, de 29.10.91 e demais disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
CARLOS ZUK - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Queremos nos congratular neste momento, com os Senhores Deputados, pela aprovação deste Projeto de Lei n° 588/93 - bem como também de outros dois projetos oriundos de Mensagens do Governador, já que dois deles visam a contratação de pessoal que irá atuar nos hospitais mantidos pelas Universidades de Maringá e Londrina - e este último, n° 588/93 é a concessão de gratificação de incentivo aos docentes de ensino superior.

Uma reivindicação muito antiga que foi trazida a nós, ao Governador, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e, tenho certeza, a dezenas de Senhores Deputados desta Casa pelos Reitores das três universidades estaduais do Paraná: Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Recentemente quando estivemos visitando a Universidade Estadual de Maringá fomos solicitado pelo Reitor, que naquele momento também falava em nome dos outros dois Reitores, que intercedêssemos junto ao Governador Requião, junto ao Secretário Adhail Passos para que este projeto fosse enviado à Assembléia e que nós o aprovássemos.

Felizmente o Governador mandou essa mensagem e hoje nós já estamos aprovando este projeto de lei, numa demonstração clara e evidente de que o Governador Roberto Requião atende aos anseios da comunidade do ensino superior do Paraná.

É um projeto que visa corrigir algumas distorções naquilo que diz respeito aos salários recebidos pelos professores e, acima de tudo, pratica uma justiça, porque dá um valor a maior para quem se preparou, para quem estudou e para quem, evidentemente está prestando também um ensino de melhor qualidade.

Quero agradecer aos Deputados por esta aprovação. Cumprimentar as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças pela rapidez com que tramitou esse projeto e agradecer aos Senhores Deputados pela aprovação unânime, na tarde de hoje, dessa mensagem do Governador, desse projeto de lei que todos aprovamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Por solicitação da Deputada Emilia Belinati, queremos registrar a presença do Senhor José Mendes, Prefeito de São Pedro do Iguaçu; Marli Regina, Presidente da Associação da Câmara do Oeste do Paraná; Valdemir Franciscato, Presidente da Câmara de Céu Azul; Lúcio Demarki, Presidente da Câmara de Toledo; Lino Pizzato, Vereador de Toledo e Vereadores de Céu Azul: Neilor, Elói, Jorge e Brizola.

Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 4004 e 4064, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4008, 4009, 4047 e 4048 de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4007 e 4044, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4010, 4011 e 4042, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4012, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4019-A, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4020, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Refere-se a que projetos?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ao Projeto 587/93 (Lê o referido projeto)

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Queria levar ao conhecimento de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, que este projeto esteve ontem em votação na Comissão de Justiça em virtude de ter requerido ao Senhor Presidente da Comissão a convocação do Secretário da Educação para

Curitiba, quarta, em 20.10.93

prestar informações sobre esse vultoso empréstimo de 130 milhões de dólares.

O regime de urgência implicaria apressar essa tramitação o que viria a prejudicar o que decidiu a Comissão de Constituição e Justiça por todos os seus membros numa decisão do Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Tem razão o Deputado Colombino Grassano. Não vejo o porquê da pressa. Esta Casa não tem negado ao Governo do Estado os recursos que se fazem necessários para administrar o Estado do Paraná.

Então, é justo que o Poder Legislativo que é o representante legítimo do povo possa tomar conhecimento dos destinos do empréstimo que o Governo do Estado quer fazer. Que é vultoso, nós sabemos. E sei que está dentro dos limites de endividamento do Estado, e que o dinheiro será bem empregado.

Agora, a Comissão de Justiça, pela sua maioria, aliás, por unanimidade aprovou um convite, e não é bem uma convocação, é um convite ao Senhor Secretário de Educação para aqui vir dizer onde será empregado o dinheiro.

Então não vejo razão para esta pressa e faço um apelo ao Líder do Governo que não queira apreciar esta matéria em Regime de Urgência. Ele deve, isto sim, urgenciar o comparecimento do Senhor Secretário a qualquer hora; quer vir no domingo? Nós faremos a Sessão no domingo. Quer vir no sábado? Nós faremos no sábado.

Tão logo o Senhor Secretário dê as satisfações que merece a Comissão de Constituição e Justiça, aquela Comissão aprovará a mensagem do Senhor Governador e este Plenário, em duas sessões, também fará a mesma coisa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendemos o apelo dos Deputados Erondy Silvério e Colombino Grassano.

É praxe desta Liderança, nos assuntos de interesse do Governo do Estado do Paraná, pedir Regime de Urgência. Essa é a norma que temos adotado como também temos adotado em questão de requerimentos, pedidos de informações, polêmicos ou não, pedimos sempre para discutir e para levarmos, primeiramente, ao conhecimento das Secretarias.

É uma norma que temos adotado e que esta Liderança tem adotado. Eu gosto de seguir princípios. Aprendi isto desde pequeno!

Então, temos buscado agir desta maneira.

Compreendemos perfeitamente as colocações dos ilustres Deputados Colombino Grassano e Erondy Silvério.

Gostaria de, nesta oportunidade, ressaltar o excelente trabalho que a Secretaria de Educação e a FUNDEPAR vêm desenvolvendo no setor educacional do Estado do Paraná, de modo que não haveria problema nenhum. E esta Casa tem sabido reconhecer e aprovar constantemente todas as solicitações do Governo na área da Educação. Mas entendemos que tem fundamento a colocação dos Deputados e já providenciei com minha assessoria para convidarmos o Secretário Elias Abrahão para domingo, às dez horas da manhã, vir aqui nesta Casa prestar os esclarecimentos necessários aos Senhores Parlamentares.

Também gostaria de retirar o nosso requerimento que está na Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está retirado o requerimento.

O SR. RENATO ADUR - Gostaria de contar com a colaboração dos Senhores Deputados para domingo às dez horas da manhã.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sinceramente, isto é gozação.

O SR. RENATO ADUR - Não entendi como gozação as colocações do Deputado Erondy Silvério. Consulto o Deputado Erondy Silvério para saber se era gozação ou não; até prova em contrário entendo que o Deputado Erondy Silvério é um homem de respeito e o Deputado Colombino Grassano também.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Atendendo a solicitação do Líder do Governo, não entendo como gozação.

Entretanto, faria um apelo ao bom senso. Bom senso não se mistura com gozação. Bom senso é solicitar ao Senhor Secretário de Educação que interrompa sua campanha eleitoral, cuide dos negócios de sua Pasta e que venha aqui na segunda-feira, que é dia normal de expediente, é dia de trabalho.

Não entendo como gozação, mas é o bom senso que aconselha que possamos transferir esta reunião para segunda-feira.

É o apelo que faço.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, quero cumprimentar o Deputado Erondy Silvério pela maneira democrática no seu jeito coerente de tratar as coisas desta Assembléia, em solicitar ao Deputado Renato Adur o bom senso de trazer o Secretário num dia útil. Todo o mundo sabe que no domingo a maioria dos Deputados vai para suas bases eleitorais e vão para suas casas. Domingo não é dia de se reunir de manhã.

Peço também ao Deputado Renato Adur que use de bom senso e solicite ao Secretário de Educação sua vinda na segunda ou terça-feira, no horário que possamos ouvi-lo.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Quero entender o pedido do Deputado Renato Adur que, democraticamente, nos convoca para estarmos aqui no domingo. A bem da verdade, difícil está conseguir audiência com os Secretários do Estado, na grande maioria, durante a semana, porque temos encontrado Secretários de Estado retornando na segunda-feira à tarde, despachando na terça e na quarta já viajando para o Interior em campanha política, como faz constantemente o Secretário de Educação.

Se hoje mesmo quiséssemos ouvi-lo, não teríamos condições, porque ele já está viajando, se não me engano, para Foz do Iguaçu e região.

Por isto concordo com o Deputado Renato Adur que na Liderança do Governo tem dificuldades de trazer os Secretários durante a semana. Quem sabe no domingo, que pode ser o dia de descanso, principalmente para ele. Não sei qual a religião dele, quem é adventista não trabalha no sábado, pode ser que o Profeta Abrahão domingo possa vir aqui nos prestar esclarecimentos para que arrumemos mais dinheiro para que ele possa galgar a sua posição, a sua cadeira na Câmara Federal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Parece que a proposta colocada pelo Deputado Renato Adur dá a entender que o mesmo é ateu, porque domingo de manhã, dez horas, é hora de ir à missa. É hora de estarmos na Igreja orando, pedindo bênçãos, para que as nossas santas padroeiras iluminem as cabeças do Governador Requião, do Presidente Itamar. Sou católico, não vou deixar de ouvir a preleção do meu padre favorito para vir aqui ouvir a preleção do pastor Elias Abrahão que, por sinal, é meu amigo particular e a quem respeito.

Queria pedir ao Deputado Renato Adur que repasse sua posição que me parece muito ridícula, porque sabemos que ainda ontem pela manhã, por exemplo, o Secretário estava na nossa emissora de rádio explicando a questão da média cinco para aprovar as crianças no Paraná. Acho que haverá tempo de vir aqui na Assembléia a qualquer hora da semana, menos no domingo, às dez horas, que é hora da missa, Deputado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - A Liderança apenas concordou com o apelo dos Senhores Deputados.

De repente, vira contra a gente. Nós estamos apenas chegando num consenso, mas vamos atender ao apelo do Líder do PTB,



nosso grande Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e vamos fazer apelo ao Secretário Elias Abrahão que venha no dia e hora estipulados pela C.C.J..

Obrigado.

Requerimento n° 4021, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4022, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4023 a 4026, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4027, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4029, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Doutor Rosinha, Emilia Belinati, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4032, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Projeto de autoria de Luiz Henrique Bona Turra, relativo a alterações na Lei Estadual n° 8933. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 4035 e 4036, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4037, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento n° 4043, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, consulto a Mesa, se após terem sido feitos os novos cálculos para composição das Comissões, se todos os partidos já indicaram os membros dessas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Vou consultar aos membros que dão apoio à Mesa Executiva, para responder.

Curitiba, quarta, em 20.10.93

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quando a Presidência anunciou a nova composição das Comissões, da mesma forma solicitou às lideranças que de pronto indicassem os seus representantes nas respectivas comissões.

Decorridos alguns dias, e não tendo algumas lideranças feito a substituição ou indicação de seus membros, esta Presidência, na última sexta-feira houve por bem indicar os integrantes dos diversos partidos que não haviam sido indicados pelas lideranças.

Então na última sexta-feira, dia 15, todos os partidos estavam com suas indicações regulamentadas nas Comissões e isto está em poder do Departamento Legislativo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Antes de concluirmos a votação dos requerimentos, quero agradecer a presença nesta Casa dos alunos, que vêm agradecer a Assembléia Legislativa pela manutenção do Instituto Politécnico Estadual.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, os alunos e a direção do Instituto Politécnico Estadual vieram a esta Casa, hoje, em manifestação de gratidão a esta Assembléia, aos Parlamentares, que tiveram o bom-senso, quando da luta aqui travada no período de convocação extraordinária, quando para esta Casa foi encaminhada uma mensagem que propunha a doação do Instituto Politécnico Estadual para o CEFET.

Naquela comunidade valorosa de estudantes e seus pais se mobilizaram nas regiões do Boqueirão, Vila Fanny, Carmo, do Alto Boqueirão e arrecadaram nada mais, nada menos do que 30.000 assinaturas, num abaixo-assinado que propunha, que solicitava o bom-senso desta Casa na votação daquele projeto, no sentido de que não fosse cometido aquela insensatez, de desativar uma escola criada pela comunidade, praticamente mantida por aquela comunidade e fazer a doação a um órgão federal.

Graças a Deus a luta foi vencida pela comunidade, que soube brigar pelos seus direitos, que soube lutar por aquilo que tem mantido, muitas vezes até com a própria ajuda da comunidade e hoje esta comunidade vem aqui liderada pelo seu diretor em preito de gratidão a esta Assembléia, e aliás a faixa é bem sugestiva, vem dizer que agradece a todos os parlamentares, independente de cores partidárias, a todos que souberam votar com bom-senso a manutenção do Instituto Politécnico Estadual e ao mesmo tempo, como fizemos ontem e já fizemos aqui em segunda votação, permitindo a cessão de uma área do Estado onde funciona hoje a Guarda Mirim com muito es-



paço na região do Ahú, onde lá, sim, será implantado o CEFET.

Como eu disse ontem e repito, Curitiba não perdeu 600 vagas, por não ter aceito o CEFET lá no IPE no Boqueirão, mas Curitiba ganhou mais uma escola, manteve o IPE no Boqueirão e ganha o CEFET no bairro do Ahú.

Era essa a questão de ordem, homenageando os alunos que aqui vieram, a direção do Instituto Politécnico que veio aqui engrandecer esta Casa, reconhecendo a luta dos parlamentares, a classe política que tem sido bastante criticada, mas esta Casa tem dado uma demonstração de bom-senso e de coerência, aceitando o pedido da comunidade, respeitando 30.000 assinaturas e mantendo o IPE lá no bairro do Boqueirão.

Muito obrigado, Muito obrigado.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de cumprimentar a Vereadora Marli Regina, Presidente da ACAMOP, que na quinta-feira passada promoveu em Foz do Iguaçu um Congresso de Vereadores para discutir a revisão constitucional e a lei de licitação.

Quero cumprimentá-la pelo sucesso e pelas pessoas de renome nacional que participaram daquele congresso e quero cumprimentar também os demais vereadores que a acompanharam nesta tarde.

Seja bem-vinda a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Requerimentos n.ºs 4053 e 4054, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente. **Rejeitados.**

Requerimento n.º 4055, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Temos aqui, cópia do requerimento do Deputado Mário Bezerra, só que estamos estranhando a justificativa do seu requerimento (Lê): "Por não conseguir lograr êxito na Comissão de Fiscalização, por cinco vezes consecutivas faltou quórum para deliberar pelas requisições".

Esta Liderança, hoje de manhã, se preocupou em convidar os Deputados do nosso Bloco para que comparecessem a esta Comissão. E, segundo nos consta, nossos Deputados estiveram presentes até a Sala das Comissões. Eu consultava, agora, o Líder do PFL, Deputado Duílio Genari, e havia a confirmação de que o Deputado Trevisan, o Deputado Duílio, Deputado Namir Piacentini, do PDT e o Deputado Troian se fizeram presentes a esta reunião.

Então, não estamos entendendo, Senhor

Presidente, este requerimento do Deputado Mário Bezerra. Além do que, os documentos que ele pede neste requerimento, já se encontram de posse desta Casa de Leis.

Então, não estamos entendendo. Gostaria até, de que o Deputado Duílio Genari nos desse explicações melhores a respeito desta reunião, porque não podemos levar a pécha de que não estamos comparecendo numa reunião de uma Comissão, sem que o Presidente estivesse presente.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de esclarecer que por várias sessões convocadas pelo Presidente, Mário Bezerra, Presidente da Comissão de Fiscalização, compareci em algumas, mas no dia de hoje, compareceram cinco Deputados.

Embora o Presidente, às 13 horas e um minuto se retirou, propositalmente, espero, porque nunca assisti uma reunião da Comissão, e passado um minuto se retirou da sessão, para que não desse número.

De fato, cheguei 9 minutos atrasado. Mas, quando cheguei, lá estavam três Deputados, comigo quatro. Se o Presidente tivesse permanecido por mais 9 minutos na sessão, estariam cinco Deputados presentes.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Esta Casa ou a sociedade paranaense, têm testemunhado há quase 30 dias, uma guerra de informações entre a imprensa, o Delegado Bassan e o Governador do Paraná, na questão do escândalo do superfaturamento dos helicópteros.

Há quase 30 dias, sistematicamente, com registro em protocolo, tenho tentado reunir os sete membros da Comissão de Fiscalização da Assembléia para requisitar documentos pautados e conhecidos pelos Parlamentares componentes daquela Comissão. A última que tentei fazer, há 10 dias atrás, precedeu a semana do feriado, o Deputado Trevisan, na ocasião, questionou que eu havia convocado a Comissão extemporaneamente, ou seja, antes das 24 horas regimentais. Havia 4 Deputados que poderiam deliberar, se não fosse o questionamento do Deputado Trevisan.

Tolerei a atitude do Deputado Trevisan e suspendi a Sessão. Estranhamente, hoje, Senhor Presidente e Srs. Deputados, com prorrogação de 25 horas para esta reunião, compareci à sala de reuniões, indaguei do assessor da Liderança, passava das 13 horas. E a marcação para reunião era às 13:00 horas. Nenhum Deputado compareceu naquele momento. Encontrei-me com o Deputado Zuk, no elevador, que estava descendo às 13:05 horas. Quando foi 13:30 ou 13:25, quase 13:30 horas, o Deputado Piacentini me ligava e dizia que havia três Deputados

na Sessão. Indaguei dele: "quantos?" Três: ele, o Deputado Trevisan e o Deputado Troian. Às 13:20 horas, parece-me.

O Deputado Troian e o Deputado Trevisan, o Deputado Trevisan faz parte como suplente do Deputado Troian.

Então, não haviam três Deputados. Eram dois Deputados, eu já havia encerrado a Sessão por falta de quórum.

Dei entrada com esses requerimentos hoje na Assembléia Sr. Presidente e Srs. Deputados porque conheço a história pela imprensa, não conheço oficialmente.

Requisitamos nesses requerimentos documentos que a imprensa publicou, e parte dos autos de um inquérito policial que está correndo na 7.ª Vara se não me engano, na Vara da Fazenda Pública e na Vara de Crimes contra a Administração Pública.

Decorridos mais de seis meses do escândalo em que comprovou-se o desvio de mais de seiscentos mil dólares por parte de homens do Governo, a Assembléia se mantém a margem desse processo; e pelo atraso dos Deputados - sei lá quais os motivos - ingresso com os Requerimentos porque foram cinco Sessões canceladas por falta de quórum.

O Paraná cobra dos Deputados uma posição com referência a isso. Se o Governo não deve, não teme que sua Bancada aprove o requerimento e remeta à Assembléia para que possamos encaminhar os autos à Justiça, porque se ficar simplesmente na Justiça os autos do processo demorarão, dois, três, quatro anos e nunca será julgado; ao passo que a Assembléia aprovar, trinta dias é o prazo regimental e Constitucional para que o Governo remeta à Assembléia autenticados documentos para que possamos repassar à Promotoria Pública, impedir a imediata abertura de um inquérito policial, ou seja: que se remeta os autos à Magistratura, porque os autos são suficientemente, estão suficientemente adestrados para que seja remetido ao Judiciário Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vi pela imprensa que o advogado de defesa dos réus quer fazer perícia em todas as páginas do processo.

Essa perícia vai demorar dois anos para ser complementada, e a sociedade paranaense não ficará sabendo da verdade sobre o roubo acontecido, digo roubo porque não se provou o contrário, e a ação popular que foi formulada pelo Delegado Bassan, e deu entrada na Delegacia, de Crimes Contra a Administração, comprova que foram realmente superfaturados os dois helicópteros; e não só o Delegado Bassan, mas também a Comissão de Sindicância, designada pelo próprio Governador através da Secretaria de Administração e da Procuradoria Geral constatou o superfaturamento.

Outra gravidade Sr. Presidente consta da nesse processo é que a Casa Civil mentiu para a Assembléia ao dizer que não havia relatório e de que não houve superfaturamento. Pedi o enquadramento do Secretário e até hoje não obtive...

Solicito que os Srs. Deputados que apóiam o Governo me deem respaldo nesse requerimento, independentemente daquilo que aconteceu na Comissão de Fiscalização, que não ocorreu em virtude da falta de Deputados, para que possamos mostrar à comunidade paranaense de que a Assembléia não é conivente com o desfalque, com o desvio e com a ilegalidade. Se o Governo não teme de ser apurado a denúncia que indique e que solicite os Srs. Deputados, todos, que votemos favoráveis ao meu requerimento, que passo a ler na íntegra.

(Lê o requerimento n° 4054, já lido pelo Sr. 1° Secretário.)

O relatório existe porque há o protocolo integrado, só que não se remeteu à Assembléia quando solicitado por este Deputado que vos fala.

Segundo requerimento, remetido também ao Secretário de Estado da Administração que faz parte dessa Comissão de Sindicância, mas que também esconde o Relatório para que a população não saiba da verdade.

Terceiro Requerimento (Lê): "Requer, após ouvido o Plenário, cópias autenticadas do inteiro teor dos processos licitatórios relativos à compra de helicópteros adquiridos no ano de 92, com recursos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, cópias autenticadas de toda e qualquer documentação relativa à aquisição dos aparelhos, endereçando ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, que autorizou o pagamento dos helicópteros, contrariando uma decisão do Conselho Curador e Diretor do FUNRESPOL e FUNRESTRAN, que aconselhavam o não pagamento pela irregularidade acontecida em ambos os processos licitatórios."

Peço aos Srs. Deputados para que fiquemos isentos das maracutaías que acontecem no Palácio Iguaçu e que votemos pela aprovação dos Requerimentos.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de reafirmar e confirmar que o Deputado Mário Bezerra, Presidente da Comissão, às 13:01 se retirou do recinto e às 13:15 foi convidado, chamado pelo Deputado Piacentini, que estávamos presentes, éramos quatro. E quando a negação da sua presença na reunião, o Deputado Trevisan assumiu a Presidência e foi instalada e encerrada a reunião hoje à tarde, naquela hora.

Então, não é verdade que não deu número e houve sim a presença dos Deputados, de modo especial os Deputados que apóiam o

Governo, que estávamos em quatro lá. Quem não se fez presente foi exatamente a Oposição do Governo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Entendemos a posição do Deputado Bezerra, mas também entendemos, Sr. Presidente, que é muito grave esta acusação do Deputado Mário Bezerra, chamando de mentirosos os Deputados que lá estiveram. Acho que isto cai no decoro parlamentar, Sr. Presidente.

Acho que é muito grave um Presidente de uma Comissão tomar uma posição desta natureza.

Gostaria de requerer dessa Presidência, se foi lavrada alguma Ata nessa reunião de hoje, que nos fosse fornecida a Ata dessa reunião, se foi lavrada pelos Parlamentares que lá estavam presentes.

Ademais, gostaria que essa Presidência nos informasse se o Deputado Trevisan realmente é suplente exclusivamente do Deputado Troian, ou se nas Comissões qualquer Parlamentar suplente de um Partido pode substituir outro Partido.

Pelo que nos consta, o Deputado Trevisan é suplente do Deputado Djalma, mas entendemos que qualquer Parlamentar pode substituir outro na ausência desse na Sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Só queria alertar a Casa que não ficasse registrado nos Anais, que ouvindo o Deputado Líder do Governo, Renato Adur, ouvindo o Deputado Duílio Genari e ouvindo o Deputado, Presidente da Comissão, Mário Bezerra, em momento algum, alguém foi chamado de mentiroso. Houve uma divergência de horários. O Presidente encerrou, pelo que ele me relatou, às treze horas e um minuto. O Deputado Duílio chegou depois das treze horas e dezesseis, dezessete, dezoito minutos ou quinze como ele falou.

Acho, nobre Líder Renato Adur, ninguém chamou ninguém de mentiroso. Tenho a certeza que a lisura do comportamento do Deputado Mário Bezerra nesta Casa foi sempre e acredito que o será em respeito a todos nós, seus colegas, independentemente de Partido. Acho que realmente foi uma divergência de horário, nobre Deputado Renato Adur, e não assim uma pecha aonde quisesse o Mário Bezerra incidir contra a palavra de qualquer um dos Srs. Parlamentares.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Concordamos com a retirada da palavra mentirosa, mas não podemos admitir que diga-se que os parlamentares não se faziam presentes. E um minuto, Sr. Presidente, não é motivo para o Presidente da Comissão e a sua Secretária da Comissão se retirarem. E os nossos Parlamentares estavam na Comissão. O Deputado Trevisan estava lá, Depu-

tado Troian estava e inclusive o Deputado Namir Piacentini, do PDT, se fazia presente.

Gostaria que Vossa Excelência nos respondesse a alegação do Deputado Bezerra, que o Deputado Trevisan que não eram quatro, ele disse que tinha quatro. Se disse que tinha quatro, como disse que não tinha ninguém?

Se o Deputado Trevisan estava junto e que daria quatro, só gostaria que Vossa Excelência me respondesse se o Deputado Trevisan tinha habilitação legal para se fazer presente na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O art. 32 do Regimento Interno diz: "Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos".

Não temos aqui em mãos os nomes dos membros e estamos aguardando que cheguem para informarmos à Casa.

O SR. RENATO ADUR - Então o Deputado Trevisan poderia participar da Comissão.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Acho que não há dúvida, porque está sendo construído agora em avulso a composição da Comissão de Finanças e o Deputado Oswaldo Trevisan é membro da mesma. Na Comissão de Fiscalização, ele é o titular inclusive do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Estamos recebendo aqui: Mário Bezerra, PTB; suplente: João Iensen. Arlindo Troian, PMDB; suplente: Domingos Carvalho. Namir Piacentini, PDT; suplente: Luiz Carlos Zuk. Duílio Genari, PFL; suplente: Basílio Zanusso. Edson Lino, PP; suplente: Nilton Barbosa. Ernani Pudell, PT; suplente: Ovídio Constantino. Oswaldo Trevisan titular do PMDB e suplente Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar também uma preocupação a respeito de horário nesta Casa. As sessões plenárias, quando aqui não temos quórum às 14:30, 14:31, têm se encerrado, sem que se faça alguma defesa à pretensa briga que creio que não leva a nada. O que está se pretendendo é que se coloque às claras esta realidade a respeito da questão helicópteros.

Aproveitando a questão de ordem, gostaria que a Casa registrasse a presença do Presidente da Câmara de Toledo, o Vereador Lucio Demarti; o Vereador Lino Pizzatti; o Dr. Darcílio Gery, Grão Mestre do Grão Direito do Brasil no Estado do Paraná; e também já estender a todos os Deputados e à imprensa do Paraná para amanhã, às 14

horas, confirmarem presença, e já peço também à Mesa Executiva a reserva do Salão Nobre, onde estaremos recebendo em nossa Bancada a filiação do companheiro Valdir Rossoni, com a presença da nossa liderança maior no Estado, Jaime Lerner.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, infelizmente estamos aqui ouvindo a discussão do óbvio, porque o Presidente da Comissão de Fiscalização nada mais fez do que cumprir o Regimento Interno, como Vossa Excelência cumpre quando preside os trabalhos da Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência nem chega a abrir a sessão quando verifica que não há número para que a mesma tenha continuidade. De modo que as comissões se regulam de acordo com o Regimento da Assembléia Legislativa naquilo que não for aplicado nas próprias comissões. O que for omisso na Comissão, usa-se o que é expresso no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

De modo que não tem razão de ser a reclamação do Líder da maioria em virtude da posição do Presidente da Comissão de Fiscalização. Apenas fez cumprir o horário, como Vossa Excelência tantas vezes tem dado demonstração de pontualidade nesta Casa. O que se quer é pontualidade, como ocorre na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O que ocorre é que o horário da sessão plenária é regimental. E horário das comissões não está estipulado no Regimento.

Então o que dá para se notar, é que um minuto após o Presidente se subtraindo da Sessão, dá para entender que na realidade o que se quer é discurso, o que se quer, é ter mais um motivo para vir a Plenário, trazer a imprensa, criar um cavalo de batalha em cima de um assunto que já está no Plenário, já está aqui nesta Casa.

Então não entendemos essa posição e a nossa posição é contrária ao requerimento.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o que não podemos conceber que é, já por mais de 90 dias que não se consegue reunir uma Comissão na Assembléia Legislativa, e eu pediria, na minha questão de ordem, se a Mesa pode, a qualquer tempo, obrigar os Senhores Deputados a comparecer à Comissão de Fiscalização. O Líder do Governo, Deputado Renato Adur acusa o Presidente da Comissão de Fiscalização de querer estar tendo respaldo da imprensa.

Acredito que precisamos acabar com a conversa que paira sobre os helicópteros. Precisamos de um final. Brasília já está suja de lama. Não quero que o Paraná tam-

bém seja sujo de lama, porque nós, Deputados não damos um fim a essa questão dos helicópteros?

E o meu apelo é que todo Deputado que tenha compromisso com o Estado do Paraná, que compareça à Comissão. Não podemos ficar obstruindo o trabalho que é de interesse da população paranaense. Queremos saber se existe ou se não existe superfaturamento dos helicópteros. Se não existir, muito bem, se existir, que os culpados sejam punidos, porque está na hora, como diz o Deputado Alborghetti, de "lavar a cara deste País, de lavar a cara deste Estado". Se obstruírem a Comissão de Fiscalização é porque querem que as informações não sejam repassadas à opinião pública.

Por isso o meu apelo: que a Mesa faça alguma coisa, que obrigue os Senhores Deputados a estarem presentes na Comissão de Fiscalização ou que a Mesa faça novas eleições para mudar os membros que não comparecem a essa Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em discussão. Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Mário Bezerra, queiram levantar-se.

Quinze Senhores Deputados.

O SR. RENATO ADUR - Onze Senhores Deputados, Senhor Presidente. Pedimos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Os Senhores Deputados que recusam o requerimento do Deputado Mário Bezerra, queiram levantar-se.

Quatorze Senhores Deputados.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Mário Bezerra, queiram levantar-se.

Treze Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que recusam o requerimento, queiram levantar-se.

Quatorze Senhores Deputados recusam.

Está rejeitado o requerimento do Deputado Mário Bezerra.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de sugerir ao Presidente da Comissão de Fiscalização - como título de colaboração - Deputado Mário Bezerra, que para deliberar é preciso quórum, para ouvir não é preciso quórum. Que ele observe, ele é inteligente e tenho certeza que ele vai observar isso: na pró-

pria Constituição do Estado, que ele como Presidente pode determinar dois, três ou quatro Deputados - com a sua presença, que ele determine como Presidente para ir ouvir o Delegado Bassan onde ele estiver.

E aí vamos esclarecer essa questão dos helicópteros! Porque estamos exigindo transparência no Congresso Nacional, estamos exigindo limpeza no Congresso Nacional, quando estamos com nosso quintal em dúvida!

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Fizemos a contagem juntamente com a Mesa, com o Deputado Nelson Justus dava 14 a 14. A decisão teria que ser da Mesa.

Sr. Presidente, então faço um apelo, que o painel instalado nesta Casa comece a funcionar para marcar a presença dos Deputados presentes em Plenário. Em segundo lugar, aquelas acusações que estão sendo feitas em Brasília por um funcionário da Comissão de Orçamento a membros do PMDB, vale aos membros do PMDB aqui desta Casa, porque eles não estão jogando com a verdade ao Estado do Paraná. É muito importante que a verdade venha à tona.

Queremos que o painel comece a funcionar, que os Deputados que não estiverem presentes sejam descontados dos seus subsídios para que esta Casa comece a ter transparência como é necessário na Nação brasileira e no Paraná.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só queria simpática e educadamente responder ao Deputado Luiz Carlos Martins de que o Deputado Mário Bezerra não é detetive particular para andar atrás do Delegado Bassan a fim de que ele dê esclarecimento particularmente ao Deputado Mário Bezerra. Ao Parlamento ele deve resposta, não deve resposta a mim, deve respostas à Comissão de Fiscalização. Seria até objeto de gozação eu pegar uma pastinha debaixo do braço e ir ouvir o Delegado Bassan. Ele já foi ouvido na Delegacia de Crime Contra a Administração Pública, existe inquérito policial.

Queremos os relatórios, queremos os processos licitatórios, queremos só isso que está pronto. Se for para ir atrás de Bassan, atrás de Secretário Favetti, atrás do pessoal da FUNRESPOL, acabo o mandato e não escuto este povo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a esta Presidência as cópias das notas taquigráficas devidamente autografadas por esta Mesa sobre as palavras do Deputado Lourenço Fregonese a respeito dos Deputados do PMDB nesta Casa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Quero desde já autorizar a entrega das notas taquigráficas ao Líder do Governo. É o que queremos, Deputado Renato Adur, é para o Sr. escutar muito bem - é transparência, é vergonha na cara, é solução para os problemas do Estado do Paraná! Não queremos mais ser massa de manobra aqui dentro. Queremos justiça a esse povo, a esse povo que acreditou numa mentira, numa mentira que dizia:

"Faz, fala e sustenta!"

Faz muito. Fala pouco. Não sustenta nada!

É isso que queremos. Queremos a verdade, queremos que o povo do Paraná saiba, que a imprensa não seja mais manobrada pelos órgãos do Palácio Iguaçu. Queremos transparência! Queremos vergonha na cara. E as notas taquigráficas estão autorizadas...

(Vozes acumuladas)

Não tenho medo Deputado, Renato Adur, porque não tenho "telhado de vidro" e nem "rabo de palha".

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O Artigo 5º, inciso 33º da Constituição Federal diz que todo cidadão tem direito a informação dos governantes. Isto é garantido individualmente a qualquer cidadão brasileiro.

Aqui neste Parlamento há três anos os Deputados Estaduais não têm acesso a nenhum tipo de informação porque a bancada governista não permite. Chamam Governo de transparente. Chamam o Governo de democrático. Dizem que não é corrupto. Se não o é, por que não aprovam os pedidos de informações? Porque não comparecem na Comissão de Fiscalização?

E eu compareci na semana passada como Deputado desta Casa para acompanhar a reunião e não deu quórum! E daria se assim quisesse a Bancada do Governo.

Não deu quórum porque alegaram simplesmente que não foram convocados com 24 horas de antecedência.

E sei que eles não dão quórum porque eles querem que seja fiscalizado.

E quando presidi a CPI da Saúde foi a mesma coisa, mandam outro tumultuar e outros se escondem atrás da porta para, na, hora que o presidente sai eles chegam lá e dizem que deu "quórum". É isto o que a Bancada do Governo faz!

Não querem transparência coisa nenhuma! Porque se quiser é só votar favoravelmente aos requerimentos e o governo vai explicar se realmente aconteceu falcaturia ou não e se aconteceu, vai punir quem é o responsável e comprovadamente por trás do responsável está o governador desse Estado. Eles não podem permitir que seja aprovado nada para se fiscalizar o governo.

Chega! Chega de papo. Aproveem se realmente dizem que não tem corrupção nesse governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em votação o requerimento do Deputado Mário Bezerra, solicitando informações à Secretaria de Administração.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o teor do requerimento é o mesmo endereçado à Casa Civil, porque a Secretaria de Administração fez parte da Comissão de Sindicância, na primeira designando membros advogados e na segunda, o próprio Secretário assinou o segundo relatório. Peço a ela e peço à Casa Civil, nos mesmos termos para que remeta à Assembléia Legislativa os relatórios elaborados pelos homens do governo. Foi o que eles fizeram. Estamos querendo isso. No mesmo teor peço o consenso aos senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação.

Os senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Mário Bezerra, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. RENATO ADUR - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Vamos proceder à verificação de votação.

O SR. DUÍLIO GENARI - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Será feita a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (É procedida a chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Vamos proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Mário Bezerra, queiram permanecer em pé.

15 Deputados.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

17 Deputados.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Recebi semana passada inteiro teor dos autos e esta comunicação que faço ao plenário e a presidência desta Casa, inteiro teor dos autos de licitação, bem como todos os relatórios correspondentes relativo a aquisição pelo Estado do Paraná de dois helicópteros e antecipo à Presidência da

Casa, como também ao Plenário que na próxima semana estarei me pronunciando da tribuna da Assembléia Legislativa, no Grande Expediente sobre esta questão, visando estabelecer uma discussão clara, objetiva sobre os procedimentos de aquisição que realizou o Estado do Paraná e pondo termo a demagogia e restabelecendo a lícitude e correção na discussão da matéria.

Isso não quer significar Sr. Presidente, que antecipe aqui a minha análise e a análise que farei da Tribuna da Assembléia sobre a matéria.

É a comunicação, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

É uma pena que à essa documentação, somente quem tem acesso é a bancada governista e os parlamentares da oposição não conseguem passar requerimento pedindo acesso a documentação. É uma pena que seja limitado a um ou outro e justamente da bancada governista e a nós ficamos discutindo requerimento e nunca é aprovado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Em complementação à informação, quero afirmar que acesso foi dado não à Bancada do Governo, mas a este Parlamentar, que já há 5 meses requeri estas informações e contra a ausência das informações, protestou da Tribuna da Assembléia, bem como do Plenário, dirigiu-se diretamente a Sua Excelência o Governador do Estado, como Deputado do Estado do Paraná, para exigir estas informações. E obteve estas informações.

E sobre estas informações se pronunciará. O que este Deputado não admite, bem como a maioria desta Assembléia não admite é a demagogia e a discussão que faça rebaixar o necessário nível sobre o tratamento que deve ser dado às questões de interesse público. Vamos dar o tratamento técnico, vamos dar o tratamento necessário a esta matéria e vamos responder uma a uma as questões levantadas, porque é soldo dos grupos econômicos, faz tumultuar o processo e os trabalhos, nesta Casa.

De modo que rendo, aqui, minhas homenagens, e faço ainda hoje cópia de todo este material para envio à Bancada do Partido dos Trabalhadores. Porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, e aqui registro minha homenagem, merece a nossa consideração, como também outras Bancadas, mas de modo especial merece a minha consideração, porque se conduz, em geral, na Oposição ao Governo, de um modo responsável, de um modo que faz com que a Oposição seja de fato popular e não a serviço de grupos econômicos. E assim, independentemente do pronunciamento que farei

semana próxima, darei acesso ainda amanhã de todos os documentos de que disponho à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

E informações, que são as informações que reitera o Deputado Mário Bezerra, podem ser requeridas diretamente ao Governo do Estado, como também por via do Ministério Público, porque as questões que levanto desta Casa, quando não as tenho e quando não tenho respostas deste Poder, requero ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, para que através da justiça se garanta aquilo que eventualmente esta Casa não garante.

De modo que não basta o Deputado Mário Bezerra levantar reparos na Casa.

É preciso que ele, de fato, adote as medidas que anunciou, iria adotar no âmbito do Poder Judiciário. Porque é combinando a luta do Parlamento com a luta do Poder Judiciário do conjunto da sociedade civil que o Deputado Mário Bezerra poderá esclarecer esta e outras matérias.

De modo que este Pedido de Informações que V.Exa. reitera aqui, não carece, e esta já foi a minha manifestação, não carece da apreciação e aprovação desta Casa. V.Exa. pode dirigir-se, diretamente, seja como Presidente da Comissão de Finanças, seja como Deputado ou como cidadão, ao Chefe do Poder Executivo.

E o chefe do Poder Executivo do Estado tem a obrigação, o dever, de prestar estas informações. E, se não as presta, V.Exa. deve, por meio judicial, requerer as medidas cabíveis.

Este é o ensinamento que decorre da Constituição da República e do Estado do Paraná.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Refuto os argumentos do Deputado Bona Turra com o que a própria Presidência da Assembléia já se manifestou, a respeito das matérias tratadas aqui dentro. Qualquer Pedido de Informações tem que passar pelo Plenário. Uma das maiores prerrogativas do Legislativo, Sr. Deputado Bona Turra, é fiscalizar os atos do Governo. Se eu assim não o fizesse, poderia ir para casa, porque estaria deixando de cumprir com as prerrogativas constitucionais.

Acho que se V.Exa. realmente preza a transparência do Governo Roberto Requião, deveria ser o primeiro a se levantar e a se manifestar favoravelmente às requisições. E não ficar tergiversando, conversando "fiado", tentando incutir na cabeça do "padre" que esta não é a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação o Requerimento do Deputado Mário Bezerra.

O SR. RENATO ADUR - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Para discutir, adie-se na forma regimental.

O SR. BONA TURRA - Isto está na cota das provocações e não dos Requerimentos, Senhor Presidente.

Esta é uma matéria que talvez devesse merecer apreciação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Provação é o que o Governo faz com a sociedade paranaense, não contando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Requerimentos n.ºs. 4015, 4016 e 4056 a 4060, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4063, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4067, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 4045, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.º 4013, 4014, 4049 a 4052, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4001, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs. 045, 050 e 059/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 508, 527, 567 e 588/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 373/93.



Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO. EM SESSÃO DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 1993.

CUIDADO COM A HISTERIA

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA - Ao contrário do que a imensa maioria das pessoas está dizendo (algumas delas sem a menor autoridade moral), esse escândalo da Comissão do Orçamento é mais do que um sinal de deterioração da política e dos políticos. É um sinal de vitalidade da democracia brasileira. Leitor: cuidado com a histeria, capaz de ajudar aventureiros.

Não é de hoje que surgem insinuações e denúncias sobre a Comissão de Orçamento, apontada como um mercado de persa, onde se negocia o que, à luz do dia, seria inegociável. Abriu-se, agora, mais uma chance de se fazer uma dedetização, aperfeiçoando os controles sobre os recursos públicos e o assalto provocado pelo conluio entre políticos e empreiteiros.

O Congresso tem dois caminhos: 1) topar a dedetização e, assim, valorizar-se diante da opinião pública. O que, no mais, serve para valorizar o Legislativo e, portanto, a democracia. 2) acoelhar-se diante do "espírito de corpo e produzir uma comissão de inquérito que não chega a nenhuma conclusão. E, aí, mais uma vez fortalecer a visão de que todo político é pilantra.

Um inquérito sério será, claro, um processo doloroso. Sabe-se lá onde vai parar quando se começar a investigar quem recebe ajuda questionável por ajudar essa ou aquela emenda não apenas dentro, mas também fora da Comissão de Orçamento.

Mas é assim mesmo que se vai melhorando a representação política, quebrando as camadas de aço da omissão, conivência e impunidade. Honestidade não é só um compromisso moral, mas um processo contínuo de fiscalização.

Quem está realmente preocupado com a educação para a cidadania ou seja, para a democracia - não deve manipular, buscando o aplauso fácil. Claro que dá dividendos chamar todo "político de ladrão". Mas é mentira. Como é falso dizer que todo médico é charlatão, todo jornalista mentiroso ou todo empresário sonegador.

A diferença é que, por mais que ataquem os médicos, mesmo injustamente, nunca se acabará com a medicina. Mas a histeria contra os políticos pode acabar, como tem acabado em muitos lugares, com a democracia.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 309/93

prover, REGINA LUBKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de setembro de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 310/93

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor HAROLDO BIANCHI, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 30 de setembro deste ano;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para o Estado e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira como homem público, Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

R E S O L V E:

Art. Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data como expressão de pesar, pelo falecimento do ilustre Senhor HAROLDO BIANCHI.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 30.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 311/93

R E S O L V E:

mandar restabelecer, em favor de BARBARA CECILY NETTO KANYO, viúva do ex-Deputado Estadual SILVIO MAGALHÃES BARROS, pensão mensal, de acordo com a Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3º do Decreto Legislativo nº 180, de 18 de maio de 1964; e, nos termos da Resolução nº 52, de 25 de novembro de 1991, respeitando-se o art. 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7568 de 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 9570)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 312/93

mandar pagar a TEREZINHA BARBOSA DE MOURA VARGAS, viúva do ex-Deputado Estadual HORACIO VARGAS, falecido em 1º de setembro de 1993, pensão mensal, de acordo com a Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3º do Decreto Legislativo nº 180, de 18 de maio de 1964, e, nos termos da Resolução nº 052, de 25 de novembro de 1991, respeitando-se o art. 3º e respectivo pa-



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 313/93

conceder aposentadoria, a pedido, a SERGIO VALERIO ANTUNUNCIO, matrícula nº 433, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; Art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à Simbologia DAS-4; verba de representação conforme disposto no Decreto nº 4650/89; cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com a Lei nº 6174/70, em seu Art. 170, parágrafo único, calculados de conformidade com as Proposições nºs 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; cinco (05) adicionais, de acordo com o Art. 171 e parágrafo 1º, da Lei nº 6174/70, e Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de CR\$ 73.332,02 (setenta e três mil trezentos e trinta e dois cruzeiros reais e dois centavos), e perfazendo o total anual de CR\$ 879.984,24 (oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro cruzeiros reais e vinte e quatro centavos).

(Protoc. nº 10.620)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 314/93

conceder aposentadoria, a pedido, a JOSÉ PAULO ORTH, matrícula nº 420, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "c" da Constituição Estadual, Art. 159 da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4; verba de representação conforme disposto no Decreto nº 4640/89; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º de Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, inciso XIV da Constituição

Federal e Proposições nºs 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e cinquenta por cento (50%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Decreto Legislativo nº 68, de 20 de fevereiro de 1975, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 14.383.791,37 (quatorze milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e um cruzeiros e trinta e sete centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 172.605.496,44 (cento e setenta e dois milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

(Protoc. nº 735)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 315/93

conceder a JOSÉ ANTONIO MAINGUE, matrícula nº 386, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 7º (sétimo) quinquênio, período compreendido entre 19 de abril de 1988 e 19 de março de 1992, antecipado em razão das férias de 1972, 1973, 1976, 1988 e 1989 e quinze (15) dias de 1971, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9195)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 316/93

exonerar, a pedido, nos termos do Art. 124, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, matrícula nº 005, ocupante do cargo de Taquígrafo Revisor, "A"-TQ-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

(Protoc. nº 9812)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 319/93

I - exonerar, a pedido IRECE TADEU FRANCO BORDENOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, JEFFERSON AUGUSTO DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de outubro de 1993. 199

(Protoc. nº 10.979)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.10.93

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 320/93

I - exonerar, a pedido, MAGALI MENDES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, FLÁVIO BRAGA, para exer-

cer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1993.

(Protoc. nº 11.405)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 321/93

I - exonerar, a pedido, ANDRÉA PIRES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, ERNANI FILUS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de outubro de 1993.

(Protoc. nº 11.640)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.10.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 322/93

I - exonerar, a pedido, JANEMAR VARGAS DA SILVA ZULIAN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, GABRIELA IRIS BELVEDERE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1993.

(Protoc. nº 11.649)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.10.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 323/93

I - exonerar, a pedido, ADYR NADOLNY, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, EVÂNIA MARISA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beral-

din, a partir de 1º de outubro de 1993.

(Protoc. nº 11.726)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.10.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 324/93

I - exonerar, a pedido, EDSON FRANCISCO DE MOURA MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, SILVANA LEJANOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de outubro de 1993;

III - prover, CLAYRE ANDREIA DARIVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de outubro de 1993.

(Protoc. nº 11.759)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 325/93

I - exonerar, a pedido, FERNANDO CÉSAR KINAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de outubro de 1993;

II - prover, AFONSO CELSO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de outubro de 1993;

III - autorizar AFONSO CELSO DA SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 11.764)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.10.93

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário